



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/DITEC/PF

PARECER Nº 38905435/2024 - CPL/SELOG/DITEC/PF

PROCESSO: 08201.000928/2024-15

RECORRENTE: SENS REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA,

RECORRIDA: PENSALAB EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS S.A

RECURSO ADMINISTRATIVO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90013/2024 (UG 200406). OBJETO: 01 EQUIPAMENTO COM SISTEMA DE ESPECTROMETRIA DE MASSA COM FONTE DE PLASMA INDUTIVAMENTE ACOPLADO E MÚLTIPLOS COLETORES (MC-ICP-MS). ACEITAÇÃO DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO DO LICITANTE. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE PREENCHIDOS. NO MÉRITO, DESPROVIMENTO DO RECURSO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA E HABILITAÇÃO TÉCNICA. PROSSEGUIMENTO DO CERTAME.

1. Trata-se de recurso administrativo interposto pelo licitante Sens Representações Comerciais Ltda, CNPJ 54.322.656/0001-50, (SEI nº 38763003) no âmbito do procedimento licitatório, realizado na modalidade Pregão Eletrônico, sob nº 90013/2024 (UG200406), o qual visa a aquisição de espectrômetro de massa com fonte de plasma indutivamente acoplado com múltiplos coletores (MC-ICP-MS), e de espectrômetro de massa do tipo triploquadrupolo acoplado a sistema de ionização de plasma indutivo (TQ-ICP-MS), visando atender as necessidades da Diretoria Técnico-Científica/INC/PF, conforme estabelecido no edital convocatório e seus anexos (SEIs nº 38454645 e 38491979, 37457002 e 38087174).

2. O recurso é contra ato desta pregoeira que declarou a empresa Pensalab Equipamentos Industriais S.A, CNPJ 01.382.559/0001-96 vencedora do Item 1, referente a aquisição de 01 (um) equipamento com sistema de espectrometria de massa com fonte de plasma indutivamente acoplado e múltiplos coletores (MC-ICP-MS), cujo valor estimado para a sua aquisição era de R\$ 8.159.892,45 (oito milhões, cento e cinquenta e nove mil, novecentos e noventa e dois reais e quarenta e cinco centavos).

3. Em 02/12/2024, às 9h00:00, automaticamente procedeu-se à abertura do aludido certame, esta signatária acompanhou a fase do lances. O modo de disputa era o tipo "aberto e fechado", o que permite que na fase dos lances abertos aqueles com indícios de inexecuibilidade sejam rejeitados, o que não foi feito, pois nenhum lance apresentado naquela fase de disputa foi considerado inexecuível. Já na fase fechada da disputa os lances não podem ser acompanhados pelo pregoeiro, são lances secretamente ofertados pelos licitantes cuja finalidade é evitar qualquer interferência do agente público na fase da disputa. Finalizada automaticamente a fase da disputa verificou-se que haviam 03 (três) licitantes concorrendo entre si para o item 1 do certame. Dentre as 03 (três) empresas participantes a PENSALAB EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS S.A foi a licitante que teve o melhor lance ofertado para Item 1. Ela ofertou R\$ 6.953.768,80, a medida que a segunda classificada a empresa RNL TRADE AND FACILITIES LTDA, CNPJ 15.655.026/0001-45, ofertou R\$ 8.309.218,48 e a terceira classificada a empresa SENS REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS ofertou R\$ 10.427.788,34. Ou seja, diante desse cenário, onde uma proposta estava dentro do valor estimado e duas propostas estavam acima do valor estimado para contratação, foi necessário que a pregoeira redobrasse a atenção para que a sua atuação atingisse da melhor forma a finalidade do certame, que é selecionar a proposta mais vantajosa para a administração pública. E assim, o fez ao aplicar uma interpretação mais teleológica e sistêmica dos termos do Edital.

1 ESPECTRÔMETRO

Sem benefícios ME/EPP

Julgado e habilitado (aberto para contrarrazões)

Qtde solicitada: 1

Valor estimado (unitário) R\$ 8.159.892.4500

01382.559/0001-96

Aceita e habilitada

PENSALAB EQUIPAMENTOS INDUSTRIAL SP

Valor ofertado (unitário) R\$ 6.953.768.8000

Valor negociado (unitário) R\$ 5.437.283.7400

Negociação Encerrada

Envio de anexos Encerrado

15.655.026/0001-45

ME/EPP

RNL TRADE AND FACILITIES LTDA DF

Valor ofertado (unitário) R\$ 8.309.218.4818

Valor negociado (unitário) -

54.322.656/0001-50

SENS REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA SP

Valor ofertado (unitário) R\$ 10.427.788.3400

Valor negociado (unitário) -

SÍNTESE DAS RAZÕES RECURSAIS

4. Diante da declaração da empresa SENS REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, irresignada, interpôs recurso. Em suas razões, alegou, em síntese, que a empresa PENSALAB EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS S.A:

"apresentou proposta cuja encontra-se em não conformidade técnica com os itens expostos no edital e Termo de Referência, cuja empresa não possui aptidão técnica para cumprir com o fornecimento do equipamento e, ainda, devido à falhas no envio da proposta inicial, cujo preenchimento do Anexo 2 deveria ter sido, inicialmente correto".

5. Isto é, verifica-se preliminarmente que suas razões de recurso para propor a desclassificação da proposta e a inabilitação técnica da empresa PENSALAB estão pautadas na aplicação do formalismo excessivo como critério para aceitação da proposta e na interpretação restritiva e subjetiva quanto a habilitação técnica da empresa.

6. Na intenção recursal, a Recorrente manifestou sua intenção de recurso administrativo, nos termos do Art. 165 da Lei 14.133/2021.

DOS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE

7. Nos termos das alíneas "a" e "b", do inciso I, c/c §1º, do Art. 165, da Lei 14.133/2021, compulsado o expediente e sopesada a matéria desenhada, verifica-se inicialmente ser caso de conhecimento do recurso por esta pregoeira, pois foram preenchidos todos os pressupostos para sua admissibilidade, haja vista que observou a tempestividade, a legitimidade e a motivação.

54.322.656/0001-50	SENS REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	Recurso: cadastrado
Intenção de recurso		
Intenção de recurso do julgamento de propostas registrada às 09:11 de 09/12/2024		
Intenção de recurso da habilitação de propostas registrada às 09:36 de 10/12/2024		
Recurso		
recurso julgamento e habilitacao_SENS_ass.pdf		10/12/2024 10:08:03
Contrarrazões		
01382.559/0001-96	PENSALAB EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS S.A.	Contrarrazão registrada

SÍNTESE DAS CONTRARRAZÕES E ERRATA DA PROPOSTA

8. A empresa PENSALAB EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS S.A refutou todas as alegações apresentadas pela Sens Representações, e ainda solicitou fazer uma errata a proposta, haja vista erro na redação para descrever o sistema de bombeamento descrito no item 4.18.2.2.1.2.. A errata destina-se a corrigir erro formal da proposta: ondê se lê: “sistema de vácuo: 2 x bombas rotativas lubrificadas a óleo” e “bombeamento de interface aprimorado: região de expansão evacuada por meio de bomba rotativa de 80 m3/h lubrificada a óleo” leia-se “2 x bombas de apoio seco” e “bombeamento de interface aprimorado: Região de expansão evacuada usando uma bomba seca nXRi120”.

TRANSCRIÇÕES DAS RAZÕES E DAS CONTRARRAZÕES

9. Superadas essas ponderações iniciais, registra-se abaixo as alegações da licitante Recorrente e as contrarrazões da Recorrida sobre as questões relacionadas à aceitação da proposta da Pensalab Equipamentos Industriais S.A:

Razões Sens Representações Comerciais (Proposta)	Contrarrazões Pensalab Equipamentos Industriais S.A: (Proposta)
[...] 1. Conforme disposto no Termo de Referência constante no edital, é necessário apresentar o Anexo 2 preenchido conforme instruções e esclarecimentos realizados no portal Compras Net “Caso a empresa estrangeira seja a vencedora do certame, em caso de proposta vencedora com importação direta, para fins de equalização, o valor a ser inserido no portal ComprasNet deve corresponder ao somatório das linhas 03 a 08 do Anexo 2 (linha 9, SEI 38615200). Cumpre informar que será realizada uma negociação dentro do sistema Compras Net para a retirada dos impostos a fim de homologar o valor líquido (descontado do PIS, COFINS e ICMS, conforme o Anexo 2 do Termo de Referência - SEI 38615200). A partir disso será realizada a homologação do valor final no sistema (descontado dos impostos).” Nota-se que a Proposta enviada inicialmente pela empresa PENSALAB não contém as informações e alíquotas lançadas da forma correta neste anexo a fim de compatibilizar as propostas enviadas via portal Compras Net.	[...] CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO Interposto pela empresa SENS Representações Comerciais LTDA, requerendo sejam as mesmas recebidas e incorporadas ao procedimento em voga, para fins de apreciação, o que faz nos seguintes termos: I) DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

Razões Sens Representações Comerciais (Proposta)	Contrarrrazões Pensalab Equipamentos Industriais S.A: (Proposta)
<p>Conforme observação 7 do Anexo 2, 7. Propostas com cálculos e alíquotas diferentes serão desclassificadas.</p> <p>Dito isto, o lance deveria ser DESQUALIFICADO de imediato, pois prejudicou o bom andamento do processo licitatório por se tratar de um valor enviado de forma incorreta.</p> <p>Cumpra apontar que o edital é bastante claro e aponta, em diversos locais, a penalização de desqualificação em caso de preenchimento incorreto do Anexo 2.</p> <p>De qualquer maneira, conforme disposto no edital:</p> <p><i>Equalização das Propostas na Sessão Pública</i></p> <p>8.1.2.2.4.1. Se a proposta de importação direta for vencedora, o valor será convertido para moeda estrangeira utilizando-se a taxa câmbio de venda do dia do fechamento do câmbio da Carta de Crédito.</p> <p>8.1.2.2.4.2. Propostas com cálculos e alíquotas diferentes serão desclassificadas.</p> <p>8.1.2.2.4.3. Uma planilha deverá ser elaborada para cada item do edital.</p> <p>8.1.2.2.4.4. O valor do lance deverá conter os tributos federais (IPI, PIS, COFINS) e ICMS, conforme detalhado nos itens 8.1.2.2., 8.1.2.2.1., 8.1.2.2.2. e 8.1.2.2.3.</p> <p>8.1.2.2.4.5. O valor da proposta, a ser homologado, deverá estar deduzido dos tributos federais (IPI, PIS, COFINS) e ICMS.</p> <p><u>Sendo assim, conforme nota-se na Proposta Comercial enviada pela empresa o preenchimento do Anexo 2 foi realizado de forma incorreta, onde zerou-se os impostos para equalização das propostas o que deverá acarretar na desclassificação direta da proposta como apontado acima</u></p> <p>Nota-se que o valor a ser homologado é significativamente inferior ao inicialmente proposto pela empresa, colocando em risco a integridade do projeto por ser um preço Inexequível tendo em vista todos os processos e custos envolvidos em um equipamento deste porte.</p> <p>Fica claro no Edital e Termo de Referência constante no processo que: (Textos retirados do Termo de Referência)</p> <p>...</p> <p>8.1.2.2.4. A planilha prevista no ANEXO 2, demonstrativa da conversão e equalização das propostas, deve ser enviada via sistema, após o encerramento da fase de lances, conforme orientação do pregoeiro.</p> <p><i>Equalização das Propostas na Sessão Pública</i></p> <p>8.1.2.2.4.1. Se a proposta de importação direta for vencedora, o valor será convertido para moeda estrangeira utilizando-se a taxa câmbio de venda do dia do fechamento do câmbio da Carta de Crédito.</p> <p>8.1.2.2.4.2. Propostas com cálculos e alíquotas diferentes serão desclassificadas.</p> <p>8.1.2.2.4.3. Uma planilha deverá ser elaborada para cada item do edital.</p> <p>8.1.2.2.4.4. O valor do lance deverá conter os tributos federais (IPI, PIS, COFINS) e ICMS, conforme detalhado nos itens 8.1.2.2., 8.1.2.2.1., 8.1.2.2.2. e 8.1.2.2.3.</p> <p>8.1.2.2.4.5. O valor da proposta, a ser homologado, deverá estar deduzido dos tributos federais (IPI, PIS, COFINS) e ICMS.</p> <p>... ANEXO 2 DO EDITAL PLANILHA DEMONSTRATIVA DA CONVERSÃO</p> <p>Observações:</p> <p>1. Quando do cadastramento inicial da proposta no sistema Compras.gov, a conversão dos preços em moeda estrangeira para moeda nacional deve seguir a taxa de câmbio de venda apurada pelo Banco Central do Brasil, com base na data de início para envio da proposta eletrônica, conforme item 5 do edital.</p> <p>2. Equalização das Propostas na Sessão Pública:</p> <p>3. A planilha deve ser enviada via sistema, após o encerramento da fase de lances, conforme orientação do pregoeiro.</p> <p>4. A conversão dos preços em moeda estrangeira para moeda nacional deve seguir a taxa de câmbio de venda apurada pelo Banco Central do Brasil, com base na data de início da Sessão Pública.</p> <p>5. Em caso de discrepância na taxa de conversão, prevalecerá a taxa estipulada pelo pregoeiro.</p> <p>6. Se a proposta de importação direta for vencedora, o valor será reconvertido para moeda estrangeira utilizando-se a taxa câmbio de venda apurada pelo Banco Central do Brasil, com base na data anterior à solicitação da Carta de Crédito.</p> <p>7. Propostas com cálculos e alíquotas diferentes serão desclassificadas.</p> <p>8. Uma planilha deverá ser elaborada para cada item do edital.</p> <p>Conforme apontado acima, resta claro que propostas cujo Anexo 2 tenham sido preenchidos de forma incorreta deverão ser DESCLASSIFICADAS do certame.</p> <p>Como consta na Ata deste mesmo Pregão, após análise realizada pela DITEC, foi oferecido à empresa PENSALAB a oportunidade de correção dos valores apontados do Anexo 2 originais da Proposta. Esta decisão contradiz o apontado no próprio Edital e Termo de Referência, deixando prejudicada as demais empresas cujo lances levaram em consideração o cálculo correto apontado do Anexo 2.</p> <p>Fica claro que esta oportunidade de correção dos documentos inicialmente enviados fere o Princípio da Igualdade / Isonomia, pilares de um Pregão Eletrônico, pois não deixou uma condição de igualdade, tendo em vista que o lance a ser ofertado pela empresa SENS Representações Comerciais Ltda levava em consideração o cálculo correto desde o início.</p>	<p>Demonstrando inconformismo com a decisão proferida nos autos do Pregão Eletrônico acima mencionado, a qual qualificou a Recorrida como vencedora da licitação realizada, a Recorrente interpôs o presente Recurso Administrativo, objetivando, sem nenhum aparato legal e técnico, a revisão da habilitação da recorrida do presente certame. Alegou a Recorrente, em breve síntese, que o equipamento ofertado pela recorrida/Pensalab bem como a planilha de preços não atende à exigência do Termo de Referência.</p> <p>II) DAS CONTRARRAZÕES</p> <p>A Recorrente, a qualquer custo e sem qualquer fundamento técnico traz argumentos infundados com clara intenção de apenas “tumultuar” o pleito.</p> <p>Todavia, a Recorrida/Pensalab apresenta suas contrarrrazões, requerendo, desde já, que seja IMPROVIDO o Recurso Administrativo ofertado pela Recorrente, eis que não há fundamentação legal e técnica para reaver a decisão em que qualificou esta Recorrida como vencedora da licitação.</p> <p>Por conseguinte, requer a Recorrida/Pensalab que seja mantida a decisão proferida no PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90013/2024 – Processo Administrativo nº 08201.000928/2024-15 sem qualquer ressalva ou alteração, confirmando, por conseguinte, esta parte como a vencedora, inconteste, do certame, conforme esclarecimentos explanados a seguir:</p> <p>I. Do Defeito de representação: Falta de Procuração</p> <p>O documento intitulado de “Recurso Julgamento e Habilitação de Proposta” apresentado pela empresa SENS Representações Comerciais traz a seguinte redação:</p> <p>“ A SENS Representações Comerciais Ltda, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Queiroz Filho, 1560 Sala 18 Bloco 1, Vila Hamburguesa - CEP: 05319-000, São Paulo, Brasil, inscrita no CNPJ 54.322.656/0001-50 neste ato representada por seu Representante Legal, devidamente qualificado no presente processo...” Ora, de acordo com o referido documento, a “representação legal” da empresa recorrente seria o Sr. George Antonio Jacuviske, contudo, tal documento não veio instruída com procuração e ou documento equivalente outorgando poderes ao Sr. George Antonio Jacuviske. Assim sendo, devendo ser considerado inepta pela qual exsurge o vício de representação.</p>

Razões Sens Representações Comerciais (Proposta)

Complementarmente à permissão de atualização do arquivo do Anexo 2 foi solicitada pela empresa PENSALAB que o prazo de 2 horas fosse estendido, solicitação prontamente acatada pelo pregoeiro e, ainda, com a possibilidade da participante informar o prazo que gostaria para o envio dos documentos.

Conforme exposto no Edital:

...

5.20.4. O pregoeiro solicitara ao licitante mais hem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao ultimo lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários a confirmação daqueles exigidos neste Edital e ja apresentados.

5.20.5. E facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

A dilatação do prazo estabelecido é condicionada à apresentação de solicitação fundamentada, ou seja, por motivo que justifique tal solicitação. O motivo apresentado foi: (retirado da sala de mensagens do portal Compras Net)

Mensagem do Participante Item 1 De 01.382.559/0001-96 - Por favor, considerando a complexidade de informações tributárias, pedimos a gentileza que seja concedido prazo maior para retorno. Enviada em 05/12/2024 às 10:47:28h

É claro no Edital e Termo de Referencias as alíquotas que deveriam ter sido adotadas desde o início do certame e, portanto, não há complexidade neste cálculo afim de justificar tamanha lentidão em elaborar um documento de simples cálculos de impostos que foram previamente informados durante todo o período de abertura de propostas. Não restando dúvidas quanto à necessidade de desqualificação, seguindo as normas do Edital ou Cancelamento deste certame.

Na ocasião do reenvio da Proposta Comercial atualizada foi observado inconsistência no cálculo de imposto, especificamente o ICMS. Nota-se que o valor foi calculado de forma incorreta, motivando assim, mais uma vez, a desqualificação da empresa.

Quadro enviado:

PLANILHA DEMONSTRATIVA DA CONVERSÃO – Cambio do Edital USD = 5,73

ITEM	DESCRIÇÃO	EM (Moeda de Cotação)	EM MOEDA NACIONAL (REAIS)
01	PREÇO CIP Total até o Aeroporto de Brasília/DF	USD 93.355,80	R\$ 5.349.283,75
02	Frete rodoviário Brasil (Aeroporto de Brasília/DF até o Instituto Nacional de Criminalística – INC)	USD 17.452,01	R\$ 100.000,00
03	Preço Total Incoterms CIP; Exceto despesas com Tributação e taxas com Nacionalização da Mercadoria (soma 01+02)	USD 951.009,38	R\$ 5.449.283,75
04	Imposto de Importação (0% x (01))	0	0
05	Imposto Sobre Produtos Industrializados (0% x ((01+04))	0	0
06	PIS/PASEP = 2,1% x (01)	USD 19.604,70	R\$ 112.334,96
07	COFINS = 10,65% x (01)	USD 99.423,86	R\$ 569.698,72
08	ICMS { 12% x (((03+04+05+06+07) : (1 - 0,12)) }	USD 143.534,45	R\$ 822.452,38
09	PREÇO TOTAL POLICIA FEDERAL (soma 03 a 08) – Para disputa de preços, a ser inserido no Portal Comprasnet	USD 1.213.572,39	R\$ 6.953.769,80

Quadro correto:

Item	Descrição	Aliquota	Moeda estrangeira (USD)	Moeda Nacional (reais)
1	Preço CIP total, até aeroporto brasilia	-	\$ 891.547,29	R\$ 5.349.283,75
2	Frete Rodoviário Brasil	-	\$ 16.666,67	R\$ 100.000,00
3	Preço total CIP	-	\$ 908.213,96	R\$ 5.449.283,75
4	Imposto Importação	0,00%	\$ -	R\$ -
5	IPI	0,00%	\$ -	R\$ -
6	PIS/PASEP	2,10%	\$ 18.722,49	R\$ 112.334,96
7	COFINS - 10,65% x (01)	10,65%	\$ 94.949,79	R\$ 569.698,72
8	ICMS { 12% x (((03+04+05+06+07) : (1 - 0,12)) }	12,00%	\$ 139.348,12	R\$ 836.088,74
9	PREÇO TOTAL POLÍCIA FEDERAL (soma 03 a 08) – Para disputa de preços, a ser inserido no Portal Comprasnet		\$ 1.161.234,36	R\$ 6.967.406,17

Ainda, a taxa de câmbio utilizada na tabela está incorreta no caso da PENSALAB, visto que o Termo dispõe claramente:

...

4. A conversão dos preços em moeda estrangeira para moeda nacional deve seguir a taxa de câmbio de venda apurada pelo Banco Central do Brasil, com base na data de início da Sessão Pública.

... Na ocasião de abertura da Sessão Pública a taxa de câmbio conforme Banco central era de R\$ 6,07, conforme imagem abaixo:

Contrarrrazões Pensalab Equipamentos Industriais S.A: (Proposta)

II – Da possível proposta com Cálculos e Alíquotas diferentes

A recorrente sem qualquer aparato legal sustenta que recorrida apresentou proposta comercial com cálculos e alíquotas diferentes, prejudicando o bom andamento do processo licitatório...

Inicialmente cumpre trazer ao presente explicações sobre o Princípios da Proporcionalidade e da Razoabilidade, vejamos:

O princípio da proporcionalidade é um critério de aplicação do direito administrativo que garante que os atos do Estado sejam razoáveis e proporcionais aos objetivos a serem alcançados.

O princípio da razoabilidade é um conceito jurídico que se baseia no bom senso e na proporcionalidade para garantir que as ações e decisões sejam coerentes, lógicas e justas.

Alem disso, o TCU já se manifestou diversas vezes a respeito em que, a mera existência de erro material ou de omissão na planilha de custos e de formação de preços da licitante não enseja, necessariamente, a desclassificação da proposta, devendo a administração promover diligência junto ao interessado para correção das falhas.

Concluindo, não há no que falar em “Prejuízo e o bom andamento do processo” haja visto que o processo de licitação correu em perfeitas consonância e Lei.

Razões Sens Representações Comerciais (Proposta)

Contrarrrazões Pensalab Equipamentos Industriais S.A: (Proposta)

<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/historicocotacoes>

Acesso à informação

Política monetária

Estabilidade financeira

Está

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Home > Estabilidade financeira > Câmbio e Capitais Internacionais > Cotação de moedas > C

Cotações de Fechamento Ptax^{4/} do DÓLAR DOS EUA, Código da Moeda: 220, Símbolo da Moeda: USD, Tipo da Moeda: A, período de 06/11/2024 a 05/12/2024.

Clique para obter a tabela completa (CSV - 2 KB)

Data	Tipo	Cotações em Real ^{1/}	
		Compra	Venda
06/11/2024	A	5,7642	5,7648
07/11/2024	A	5,6618	5,6624
08/11/2024	A	5,7642	5,7648
11/11/2024	A	5,7974	5,7980
12/11/2024	A	5,7688	5,7694
13/11/2024	A	5,7707	5,7713
14/11/2024	A	5,7879	5,7885
18/11/2024	A	5,7597	5,7603
19/11/2024	A	5,7737	5,7743
21/11/2024	A	5,8167	5,8173
22/11/2024	A	5,8118	5,8124
25/11/2024	A	5,7996	5,8002
26/11/2024	A	5,7984	5,7990
27/11/2024	A	5,8285	5,8291
28/11/2024	A	5,9865	5,9871
29/11/2024	A	6,0529	6,0535
02/12/2024	A	6,0628	6,0634
03/12/2024	A	6,0701	6,0707
04/12/2024	A	6,0575	6,0581
05/12/2024	A	5,9843	5,9849

^{1/} - Moeda contra Real

^{4/} - Fechamento Ptax = A partir de 1/7/2011, é a média aritmética das taxas de compra e das taxas de venda dos boletins do dia, conforme Circulares 2506, de 25/8/10, e 2537, de 25/5/11. Até 30/6/2011, é a taxa média ponderada dos negócios realizados no mercado interbancário de câmbio com liquidação em dois dias úteis, calculada pelo Banco Central do Brasil, conforme Comunicado N. 6815/99.

Cumpr apontar o erro básico constante na tabela enviada pela empresa, cujo valor do equipamento em dólares CIP (campo 1) é US\$ 93.355,80 demonstrando pleno despreparo em relação à tal certame, colocando em risco assim a exequibilidade do Projeto como um todo.

Quando da retomada do certame, foi solicitado à empresa PENSALAB que enviasse novamente a planilha com as alíquotas ajustadas, fato que não ocorreu tendo a empresa enviado a mesma proposta, sem as correções necessárias. Após avaliação da parte técnica, a pregoeira NOTIFICOU e APONTOU o erro, e solicitou a correção, como pode-se observar abaixo:

Pregão Eletrônico N° 90013/2024

Mensagem do Participante	Item 1
De 01382.559/0001-96 - Sra. Pregoeira, boa tarde!	
Enviada em 06/12/2024 às 17:14:19h	
Mensagem do Pregoeiro	Item 1
Para 01382.559/0001-96 - O Sr. está ciente desse equivoco?	
Enviada em 06/12/2024 às 17:14:05h	
Mensagem do Pregoeiro	Item 1
Para 01382.559/0001-96 - Prezado Licitante, a sua proposta está equivocada no cálculo do ICMS que deve incidir sobre o preço com frete.	
Enviada em 06/12/2024 às 17:13:08h	

Diante destes expostos, fica claro que seguindo as diretrizes apontadas em diferentes locais do edital a empresa deveria ter sido desclassificada na ocasião da apresentação do Anexo 2 preenchido de forma errada em uma única ocasião, mas sim três envios de forma incorreto. Essas ocasiões demonstram a plena incapacidade técnica da empresa que obteve êxito neste certame, com plenas dificuldades de executar uma simples planilha de cálculo e alíquotas. Expondo assim a desqualificação de sua equipe diante de um projeto cuja importância Nacional é incomparável, colocando em risco toda a execução do proposto pelo edital. Após análise técnica, foi aprovada a proposta apesar dos problemas e, ainda, com o valor incoerente ao lance da empresa, como observa-se abaixo.

Mensagem do Pregoeiro	Item 1
Para 01382.559/0001-96 - Para fins de Registro será deduzido do valor total do lance de R\$ 6.53.769,80 - R\$ 112.334,96 (PIS) - R\$ 569.698,72 (COFINS) - R\$ 834.452,38 (ICMS) = R\$ 5.437.283,74 (valor da proposta a ser homologado no comprasnet). Dessa forma, R\$ 5.437.283,74 será o valor da negociação sem tributos, haja vista que na importação direta a União tem imunidade tributária.	
Enviada em 09/12/2024 às 09:04:38h	

Quando, na verdade, o lance vencedor foi de R\$ 6.953.768,80 conforme lance vencedor da licitação. Essa série de erros evidenciam um processo de julgamento equivocado, cuja a empresa deveria ser desqualificada de imediato e, ainda, cujo valor final habilitado está incorreto pelos cálculos apresentados acima.

Razões Sens Representações Comerciais (Proposta)	Contrarrazões Pensalab Equipamentos Industriais S.A: (Proposta)

10. Em ato contínuo, registram-se também as alegações da licitante Recorrente e as Contrarrazões da Recorrida sobre as questões relacionadas à habilitação da empresa Pensalab:

Razões Sens Representações Comerciais (Habilitação)	Contrarrazões Pensalab Equipamentos Industriais S.A: (Habilitação)
<p>[...]</p> <p>2. No detalhamento de especificações: “4.18.2. Como requisitos lato sensu, o equipamento deverá contemplar as seguintes especificações:” “4.18.2.2.1.2. Sistema de bombeamento de interface com bomba seca de alta eficiência e de alto desempenho acompanhando os cones adequados para este sistema de bombeamento” A empresa PENSALAB oferta nas páginas 4 e 5 da cotação: “sistema de vácuo: 2 x bombas rotativas lubrificadas a óleo” e “bombeamento de interface aprimorado: região de expansão evacuada por meio de bomba rotativa de 80 m3/h lubrificada a óleo” não atendendo ao item acima citado. A empresa PENSALAB oferta nas páginas 4 e 5 da cotação: “sistema de vácuo: 2 x bombas rotativas lubrificadas a óleo” e “bombeamento de interface aprimorado: região de expansão evacuada por meio de bomba rotativa de 80 m3/h <u>lubrificada a óleo</u>” não atendendo ao item acima citado.</p> <p>3. No detalhamento de especificações: “4.18.2.2.2.2. Fonte de íons de plasma de argônio indutivamente acoplada com gerador de radiofrequência. Fonte de campo com gerador de estado sólido de 27 MHz. Operação estável e robusta com plasma frio (600 W RF). Faixa de potência de RF com intervalo mínimo de 1.200 W e valor máximo de 1.800 W. Plasma no potencial de solo para fácil acesso e manutenção e para acoplamento de dispositivos periféricos”</p> <p>4. No detalhamento de especificações: “4.18.2.2.4.3. O conjunto de detectores oferecidos no seu conjunto e seus detectores devem ser capazes de satisfazer a aplicação de determinações isotópicas precisas para o método de datação chumbo/chumbo (Pb/Pb) quando o sistema de introdução é acoplado à medição em modo de solução e quando está também acoplado a um sistema de ablação a laser; 4.18.2.2.4.4. Sistema de detecção complementar com tecnologia para selecionar até seis detectores do tipo coletor de Faraday equipados com amplificadores de ganho ultra-alto como em feedback de ganho a 10E13 Ohms ou a opção de montagem com detectores do tipo contador de íons do tipo multiplicador de elétrons SEM com uma faixa dinâmica de >2Mcps com ou sem a opção de detectores do tipo Daly por cintilação e contagem de fótons;” A empresa PENSALAB oferta em pág 6. P/N 2040003 Multiplicador de contagem de íons apenas UMA unidade; P/N 4001849 Fornecimento de detector Daily apenas UMA unidade; P/N 4221007 Préamplificador comutável UMA unidade e P/N 4221012 Pré-amplificador comutável 10^13 Ohms apenas UMA unidade. Fica claro que a especificação ofertada for a empresa não atende ao edital onde a demanda é por SEIS amplificadores para 10^13 Ohms. Foi apresentada UM detector SEM e UM Dayly que não traduz um arranjo de detectores capazes de atende ao edital em “O conjunto de detectores oferecidos no seu conjunto e seus detectores devem ser capazes de satisfazer a aplicação de determinações isotópicas precisas para o método de datação chumbo/chumbo”</p> <p>5. No detalhamento de especificações: “4.18.2.2.4.5. Satisfazer os requisitos de precisão para as determinações isotópicas definidas em unidades de ppm para o RSE (erro padrão relativo).... A empresa PENSALAB não informou qualquer dado de especificação de precisão da medida explícita nesse item em sua proforma ou anexo IV.</p> <p>6. No detalhamento de especificações: “ 4.18.2.2.4.7. Atender aos requisitos de sensibilidade no modo de aspiração de líquido usando um nebulizador de fluxo de 100 uL / min e no modo de plasma</p>	<p>[...]</p> <p>Item 2: No detalhamento de especificações: “4.18.2. Como requisitos lato sensu, o equipamento deverá contemplar as seguintes especificações:” “4.18.2.2.1.2. Sistema de bombeamento de interface com bomba seca de alta eficiência e de alto desempenho acompanhando os cones adequados para este sistema de bombeamento” A empresa PENSALAB oferta nas páginas 4 e 5 da cotação: “sistema de vácuo: 2 x bombas rotativas lubrificadas a óleo” e “bombeamento de interface aprimorado: região de expansão evacuada por meio de bomba rotativa de 80 m3/h lubrificada a óleo” não atendendo ao item acima citado. RESPOSTA: A descrição do sistema de bombeamento apresentada inicialmente mencionava incorretamente bombas lubrificadas a óleo. Para o sistema de bombas descrito no item 4.18.2.2.1.2 ofertado nas páginas 4 e 5 da cotação PENSALAB onde consta: “sistema de vácuo: 2 x bombas rotativas lubrificadas a óleo” e “bombeamento de interface aprimorado: região de expansão evacuada por meio de bomba rotativa de 80 m3/h lubrificada a óleo” o correto são “2 x bombas de apoio seco” e “bombeamento de interface aprimorado: Região de expansão evacuada usando uma bomba seca nXRi120”. Este ajuste corrige o erro de redação e garante a conformidade do sistema com o requisito especificado.</p> <p>Item 3: No detalhamento de especificações: “4.18.2.2.2.2. Fonte de íons de plasma de argônio indutivamente acoplada com gerador de radiofrequência. Fonte de campo com gerador de estado sólido de 27 MHz. Operação estável e robusta com plasma frio (600 W RF). Faixa de potência de RF com intervalo mínimo de 1.200 W e valor máximo de 1.800 W. Plasma no potencial de solo para fácil acesso e manutenção e para acoplamento de dispositivos periféricos” A empresa PENSALAB em sua oferta proforma e mesmo no anexo 4 não cita essa capacidade. É de domínio geral que o sistema oferta Plasma 3 não possui fonte de íons de plasma em potencial de solo, sendo esse conjunto elevado em alta tensão e não atendendo ao especificado. RESPOSTA: O sistema ofertado Plasma 3 atende ao requisito de ter operação estável e robusta com plasma frio (600 W RF) e faixa de potência de RF com intervalo mínimo de 600 W e valor máximo de 1.800 W, o que além de atender, supera o que é solicitado no edital. O sistema Plasma 3 também atende à especificação de operação estável e robusta, com plasma em potencial de terra. A descrição inicial pode ter gerado dúvida devido à terminologia utilizada, mas esclarecemos que o plasma da fonte está em potencial de terra, enquanto a região da interface opera em potencial de aceleração. Essa configuração é comum e amplamente aceita na indústria, não apresentando impacto analítico ou funcional em comparação com um sistema cuja interface esteja em potencial de terra. Além disso, o Plasma 3 oferece acesso e manutenção facilitados por meio de um capô articulado que permite troca de componentes como cones, lentes de extração e tochas, em total conformidade com as exigências de fácil manutenção e acoplamento de acessórios periféricos.</p> <p>Item 4: No detalhamento de especificações: “4.18.2.2.4.3. O conjunto de detectores oferecidos no seu conjunto e seus detectores devem ser capazes de satisfazer a aplicação de determinações isotópicas precisas para o método de datação chumbo/chumbo (Pb/Pb) quando o sistema de introdução é acoplado à medição em modo de solução e quando está também acoplado a um sistema de ablação a laser; 4.18.2.2.4.4. Sistema</p>

Razões Sens Representações Comerciais (Habilitação)	Contrarrazões Pensalab Equipamentos Industriais S.A: (Habilitação)
<p>líquido de "plasma úmido" e para os elementos e capacidade de resposta em Volts por unidade de concentração em ppm e sendo melhor ou igual a: Sr =60 V / ppm, Nd =45 V / ppm, Pb =60 V / ppm, U =60 V / ppm; A empresa PENSALAB não informou qualquer dado de especificação de sensibilidade da medida explícita nesse item em sua proforma ou anexo IV.</p> <p>7.</p> <p>No detalhamento de especificações: “ 4.18.2.8.1. Apresentar atestado de capacidade técnica de seus técnicos ou engenheiros de serviço - fornecido pela fabricante; 4.18.2.8.2. Em caso de CONTRATADA que seja representante de empresa estrangeira, deverá demonstrar capacidade de responder a chamadas de serviço de garantia com pessoal próprio residente no Brasil e no prazo máximo de 10 dias úteis;</p> <p>A empresa vencedora do certame notoriamente não possui essa equipe capacitada nem mesmo tem no Brasil equipamento como este por ela ofertado ou similar, desta forma é de conhecimento geral não possuir essa capacidade para atender ao edital e que não apresenta atestado de capacidade técnica e nem de certificação de curso em fábrica para seus técnicos locados no Brasil, impossibilitando o atendimento de chamado em tal prazo estipulado no edital colocando em risco o projeto.</p> <p>Nos documentos de Habilitação foi enviado somente um Atestado afirmando que: “A Nu Instruments, por meio deste documento, também certifica que a PENSALAB EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS SA é a representante exclusiva da Nu Instruments no Brasil para vendas de equipamentos e serviços, e poderá fornecer serviços de garantia com seu próprio pessoal residente no Brasil, após a instalação do equipamento MC-ICP-MS modelo PLASMA 3. A Nu Instruments também certifica que dará total suporte à PENSALAB EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS SA neste serviço.” Em NENHUM momento foi atestado que há suporte técnico treinado por parte da empresa PENSALAB e, ainda, deixa claro que não há ninguém habilitado no Brasil para oferecer suporte técnico no equipamento ofertado e que esse serviço será “suportado” pela fabricante localizada na Inglaterra.</p> <p>Infringindo assim o Edital / TRF: “4.19.2.22.1. Apresentar atestado de capacidade técnica de seus técnicos ou engenheiros de serviço - fornecido pela fabricante;</p> <p>” Conforme edital: “8.28. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.”</p> <p>Todos os atestados apresentados emitidos por entidades brasileiras são relacionados à diferentes tipos de equipamentos que envolvem outras técnicas analíticas. Não há nenhum equipamento apontado nos atestados enviados que seja similar à um Espectrômetro de Massas Multi-Coletor (objeto de certame), deixando claro que não há aptidão técnica de suporte local para este tipo de equipamento em nível nacional, dependendo de suporte remoto internacional para eventuais atendimentos de garantia.</p> <p>A SENS Representações Comerciais possui 14 sistemas similares a este já instalados no Brasil e com capacidade responsiva para chamado que supera o solicitado em Edital, além de cumprir integralmente todos os requisitos solicitadas no Termo de Referência .</p>	<p>de detecção complementar com tecnologia para selecionar até seis detectores do tipo coletor de Faraday equipados com amplificadores de ganho ultra-alto como em feedback de ganho a 10E13 Ohms ou a opção de montagem com detectores do tipo contador de íons do tipo multiplicador de elétrons SEM com uma faixa dinâmica de >2Mcps com ou sem a opção de detectores do tipo Daly por cintilação e contagem de fótons;” A empresa PENSALAB oferta em pag 6. P/N 2040003 Multiplicador de contagem de íons apenas UMA unidade; P/N 4001849 Fornecimento de detector Daily apenas UMA unidade; P/N 4221007 Pré-amplificador comutável UMA unidade e P/N 4221012 Préamplificador comutável 10¹³ Ohms apenas UMA unidade. Fica claro que a especificação ofertada for a empresa não atende ao edital onde a demanda é por SEIS amplificadores para 10¹³ Ohms. Foi apresentada UM detector SEM e UM Dayly que não traduz um arranjo de detectores capazes de atende ao edital em “O conjunto de detectores oferecidos no seu conjunto e seus detectores devem ser capazes de satisfazer a aplicação de determinações isotópicas precisas para o método de datação chumbo/chumbo”</p> <p>RESPOSTA: Visto que o equipamento ofertado Plasma 3 pode ser configurado para o método Pb/Pb (medindo simultaneamente 208Pb, 207Pb, 206Pb e 204Pb e 202Hg para correção de interferência de 204Hg) de 2 maneiras diferentes, será entregue um sistema com 6 amplificadores comutáveis 10¹³Ω (Inclusão de um pré-amplificador comutável dentro do compartimento do pré-amplificador de 16 canais capaz de alternar entre 2 resistores integrados de 10¹¹ e 10¹³ Ω). Informação essa que não havia ficado claro na proposta. Além disso, o equipamento é equipado com 16 coletores Faraday padrão, proporcionando flexibilidade analítica e compatibilidade com futuras expansões ou necessidades específicas do cliente. Essa oferta assegura que o conjunto de detectores satisfaça plenamente as especificações exigidas, sem necessidade de ajustes ou complementações posteriores. Por fim, reforçamos que a configuração atende não apenas ao requisito técnico, mas também às expectativas de desempenho e aplicabilidade para as finalidades propostas. Item 5: No detalhamento de especificações: “4.18.2.2.4.5. Satisfazer os requisitos de precisão para as determinações isotópicas definidas em unidades de ppm para o RSE (erro padrão relativo).... A empresa PENSALAB não informou qualquer dado de especificação de precisão da medida explícita nesse item em sua proforma ou anexo IV.</p> <p>Item 6: No detalhamento de especificações: “ 4.18.2.2.4.7. Atender aos requisitos de sensibilidade no modo de aspiração de líquido usando um nebulizador de fluxo de 100 uL / min e no modo de plasma líquido de "plasma úmido" e para os elementos e capacidade de resposta em Volts por unidade de concentração em ppm e sendo melhor ou igual a: Sr =60 V / ppm, Nd =45 V / ppm, Pb =60 V / ppm, U =60 V / ppm; A empresa PENSALAB não informou qualquer dado de especificação de sensibilidade da medida explícita nesse item em sua proforma ou anexo IV.</p> <p>Para os itens 5 e 6 anexamos um documento detalhado das especificações do Plasma 3, demonstrando que o equipamento atende e excede os requisitos de precisão e sensibilidade estabelecidos no edital. Os dados incluem as métricas solicitadas, como os valores de resposta em V/ppm para Sr, Nd, Pb e U, e a precisão em unidades de ppm (RSE). Estes valores confirmam a conformidade com as exigências do certame.</p> <p>Item 7: "Capacidade técnica para suporte local no Brasil."</p> <p>Resposta: Embora o fabricante Nu Instruments tenha emitido uma declaração garantindo suporte à Pensalab, reafirmamos que nossa equipe técnica é capacitada e certificada para realizar serviços de instalação, manutenção e suporte no Brasil. Adicionalmente, novos técnicos estão em treinamento avançado com o fabricante para assegurar pleno atendimento às demandas do cliente. A capacidade técnica foi comprovada com atestados de fornecimento e suporte a equipamentos de complexidade similar, corroborando nossa aptidão para atender aos prazos e requisitos técnicos estipulados.</p> <p>Conclusão Todos os pontos levantados foram analisados e respondidos com evidências técnicas e comerciais que comprovam a conformidade do equipamento ofertado com os requisitos do edital. Estamos à disposição para quaisquer</p>

Razões Sens Representações Comerciais (Habilitação)	Contrarrrazões Pensalab Equipamentos Industriais S.A: (Habilitação)
	esclarecimentos adicionais ou apresentações técnicas que possam reforçar a transparência e a adequação de nossa proposta. Ante as informações aqui prestadas, não há motivos justificáveis, sejam legais ou técnicos, que possam amparar o requerimento formulado em sede de Recurso Administrativo pela Recorrente, pelo que requer a Recorrida PENSALAB EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS S.A a manutenção in totum da decisão proferida no certame licitatório, que a indicou como a vencedora do certame, a qual, cumpriu fielmente os requisitos do Edital e ofertou equipamento notadamente apto as necessidades da compradora.

11. Por fim, a Recorrente e a Recorrida apresentaram seus repectivos pedidos:

Razões Sens	Contrarações Pensalab
[...] DO PEDIDO Desta forma, solicita-se a desclassificação da empresa vencedora cuja proposta encontra-se em não conformidade técnica com os itens expostos no edital e Termo de Referência, cuja empresa não possui aptidão técnica para cumprir com o fornecimento do equipamento e, ainda, devido à falhas no envio da proposta inicial, cujo preenchimento do Anexo 2 deveria ter sido, inicialmente correto.	[...] III - DOS PEDIDOS Diante de todo o exposto, estando comprovado quantum satis que a decisão ora acatada está totalmente em sintonia com as regras do Edital e, via de consequência, com o princípio da estrita vinculação ao Edital, além de seguir os princípios da legalidade, isonomia, razoabilidade e diversos dispositivos legais e constitucionais, espera e confia que o recurso apresentado pela Recorrente SENS Representações Comerciais LTDA seja IMPROVIDO/INDEFERIDO, por esse Ilustre Pregoeiro e douta Comissão de Licitação. E ainda, sejam as presentes Contrarrrazões devidamente recebidas, instruídas e encaminhadas à autoridade competente, para que o aprecie e, ao final, mantenha, sem qualquer ressalva ou alteração, a decisão proferida no PREGÃO ELETRÔNICO N° 90013/2024 – Processo Administrativo n° 08201.000928/2024-15, confirmando, por conseguinte, a Recorrida como a vencedora do certame

DA MANIFESTAÇÃO DA PREGOEIRO

12. Inicialmente, cabe frisar que os julgados da administração pública estão embasados nos princípios insculpidos no Art. 5º, da Lei nº 14.133/2021, conforme segue:

“Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro)”

13. Antes de proceder à análise das RAZÕES DE RECURSO apresentadas pelas empresa **Sens Representações Comerciais Ltda**, é imperativo enfatizar que todos os documentos e informações incluídos são de responsabilidade dos licitantes. Além disso, cabe registrar que as especificações, descrições e objetivos utilizados para a seleção do item, bem como a análise da proposta submetida e as diligências necessárias, exigem conhecimentos específicos da área demandante, os quais esta signatária não possui. Por essa razão, essa análise foi realizada juntamente com a área demandante. Portanto, a análise atual se concentrará nos aspectos relacionados às normas de licitações e às boas práticas exigidas pelos órgãos de controle e pela assessoria jurídica da União.

14. Instado a se manifestar sobre o presente recurso, a Área Demandante, autor das especificações e exigências previstas o Termo de Referência, Setor de Perícias em Geologia Forense - SEPGeo/DPEMAP/INC/DITEC/PF, procedeu minuciosa análise dos argumentos apresentados, conforme demonstrado no Despacho Resposta - Recurso (SENS) (SEI nº 38820673).

15. Passamos a manifestação.

15.1. Considerando que as alegações e as afirmações do recorrente para fundamentar o seu pedido de desclassificação da proposta da empresa Pensalab estão baseadas em erro no preenchimento da planilha de equalização, no valor da taxa de câmbio e nas falhas de envio da proposta, faz-se necessário apresentar algumas ponderações:

a) ao contrário do que aduz o recorrente, somente em situações extremas o pregoeiro poderá rejeitar lances. Isso normalmente ocorre quando os lances configuram preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, gerando para o pregoeiro presunção absoluta de inexequibilidade.

Acórdão 674/2020- TCU Plenário

O juízo do pregoeiro acerca da aceitabilidade da proposta deve ser feito após a etapa competitiva do certame (fase de lances), devendo o licitante ser convocado para comprovar a exequibilidade da sua proposta antes de eventual desclassificação. Apenas em situações extremas, quando os lances ofertados configurarem preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, gerando presunção absoluta de inexequibilidade, admite-se a exclusão de lance durante a etapa competitiva do pregão.

b) ao contrário do que aduz o recorrente, o Edital em seus subitem 6.6, 6.7, e 6.15., 6.15.1.; e 6.15.2., permite ajuste da planilha, desde que não haja majoração do preço e que não alterem substancialmente a proposta;

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7. contiver vícios insanáveis;

6.8. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.9. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.11. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

[...]

6.15. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.15.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.15.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

c) ao contrário do que aduz o recorrente, especialistas ^[1] em contratação pública possuem entendimentos de que a Lei 14.133/2021 preconiza pela aplicação do princípio do formalismo moderado. Ou seja, nos processos licitatórios o agente público, na função de pregoeiro, deve afastar o formalismo exagerado, devendo buscar o formalismo moderado para dirimir casos de meras omissões ou diminutas irregularidades formais. Isto é, o desatendimento de exigências “meramente formais”, que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão da proposta, não gerará sua desclassificação ou a invalidação de todo o processo.

Lei 14.133/2021

[...]

Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

III - o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo;

IV - a prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

d) ao contrário do que aduz o recorrente, o TCU já se manifestou diversas vezes sobre o tema. Ou seja, para assegurar a “preservação da justa competição”, cabe-lhe, promover a efetividade da seleção da proposta mais vantajosa, superando-se vício de julgamento sanável, sob pena de macular o procedimento com formalismo exacerbado.

Acórdão 906/202 - PLENÁRIO

[...]

27. Sobre o tema, o TCU tem entendimento firme, reforçado no recente [Acórdão 39/2020-TCU-Plenário](#), Ministra Relatora Ana Arraes, no sentido de que a planilha de preços tem caráter instrumental, sendo que eventual erro é de ampla e exclusiva responsabilidade do licitante, que deve arcar com os custos da execução contratual. No mesmo sentido, os [Acórdão 963/2004-TCU-Plenário](#), Ministro-Relator Marcos Vinícios Vilaça; [Acórdão 1179/2008-TCU-Plenário](#), Ministro-Relator Raimundo Carreiro; [Acórdão 4621/2009-TCU-Segunda Câmara](#), Ministro-Relator Benjamin Zymler; [Acórdão 2060/2009-TCU-Plenário](#), Ministro-Relator Benjamin Zymler; [Acórdão 2562/2016-TCU-Plenário](#), Ministro-Relator Augusto Sherman.

28. Sobre a questão dos percentuais de lucro, também apontado como falha na elaboração da planilha de custos, registra-se o também recente [Acórdão 839/2020-TCU-Plenário](#), Ministro-Relator Weder de Oliveira, cujo voto consignou que **'a relevância de se avaliar a exequibilidade da proposta está em, por esse meio, inferir a existência de elevado risco de inexecução do contrato'** e que **'a ocorrência de lucro zero ou prejuízo de pequena monta não leva inexoravelmente a essa conclusão, nem a lei assim determina'**. No mesmo sentido foi o [Acórdão 3092/2014-TCU-Plenário](#), Ministro-Relator Bruno Dantas".

Acórdão 2626/2024 - PLENÁRIO

b.1) desclassificação da proposta mais vantajosa oferecida pela empresa Gelu Serviços de Divulgação de Marcas e Imagens Ltda. sem que tenha sido promovida diligência para sanar eventuais dúvidas, falhas ou omissões, em afronta aos princípios do formalismo moderado e da supremacia do interesse público que permeiam os processos licitatórios, assim como a jurisprudência do TCU, a exemplo do [Acórdão 1217/2023-TCU-Plenário](#); e

Acórdão 1217/2023 -TCU PLENÁRIO

[...]

17.24 Nesse sentido, a instrução da peça 49 informa ser assente neste Tribunal que o processo licitatório é pautado pelo formalismo moderado e pela busca da verdade material, consoante enunciados de decisões deste TCU transcritos no despacho do relator (peça 14), a exemplo do enunciado do [Acórdão 357/2015-TCU-Plenário](#), da relatoria do Ministro Bruno Dantas:

Falhas formais, sanáveis durante o processo licitatório, não devem levar à desclassificação da licitante. No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados. (Grifamos)

16. Nesse sentido, trago à baila trecho do Voto do Ministro Benjamin Zymler, que embasou o recente [Acórdão 898/2019-TCU-Plenário](#) e que tratou de situação similar a que ora se analisa:

'13. Conforme deixei consignado no estágio anterior deste processo, **em face do princípio do formalismo moderado e da supremacia do interesse público, que permeiam os processos licitatórios, o fato de o licitante apresentar proposta com erros formais ou vícios sanáveis não enseja a sua desclassificação, podendo ser corrigidos com a apresentação de nova proposta desprovida dos erros.** Nesse sentido, há remansosa jurisprudência desta Corte de Contas, a exemplo do [Acórdão 2239/2018-TCU-Plenário](#), em que o TCU entendeu ser irregular a desclassificação de proposta vantajosa à administração por erro de baixa materialidade que possa ser sanado mediante diligência, por afrontar o interesse público. (Grifo no original)

[...]

22. Não é demais lembrar que o processo licitatório é pautado pelo formalismo moderado e pela busca da verdade material. Nesse sentido, apresento os enunciados de diversas deliberações deste Tribunal:

"A mera existência de erro material ou de omissão na planilha de custos e de preços de licitante não enseja, necessariamente, a desclassificação antecipada da sua proposta, devendo a Administração promover diligência junto ao interessado para a correção das falhas, sem permitir, contudo, a alteração do valor global originalmente proposto." ([Acórdão 830/2018-TCU-Plenário](#)).

"Falhas meramente formais, sanáveis durante o processo licitatório, não devem levar à desclassificação de licitante." ([Acórdão 2872/2010-TCU-Plenário](#)).

"Falhas formais, sanáveis durante o processo licitatório, não devem levar à desclassificação da licitante. No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados." ([Acórdão 357/2015-TCU-Plenário](#)).

e) ao contrário do que aduz o recorrente, a desqualificação de qualquer licitante por inviabilidade da proposta deve ser realizada somente após lhe ser dada a oportunidade de demonstrar sua viabilidade. Portanto, é relevante mencionar que, recentemente, o TCU abordou o tema e adotou o seguinte entendimento:

[Acórdão 465/2024-TCU-Plenário](#), relator Ministro Augusto Sherman:

9.3. dar ciência à Universidade Federal Rural de Pernambuco de que o critério definido no art. 59, § 4º, da Lei 14.133/2021 conduz a uma **presunção relativa de inexistência de preços, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta**, nos termos do art. 59, § 2º, da mesma lei;

[Acórdão 2088/2024-TCU-Segunda Câmara](#), relator Ministro Augusto Nardes:

9.3. determinar, nos termos do art. 45 da Lei 8.443/1992, ao Departamento de Polícia Federal - Superintendência Regional no Amazonas (SR/PF/AM) que, no prazo de 15 (quinze) dias, adote providências no sentido de retornar, na Concorrência 2/2023, à fase de análise de proposta de preços, tendo em vista que o critério estabelecido no art. 59, inciso III e § 4º, da Lei 14.133/2021 deve conduzir a uma **presunção relativa de inexistência de preços, devendo ser dada oportunidade aos licitantes de demonstrarem a exequibilidade de suas propostas**, em atenção à Sumula TCU 262 e ao princípio da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública;

f) ao contrário do que aduz o recorrente, também já temos decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) a respeito do excesso de formalismo em sede de Mandado de Segurança:

MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PROPOSTA TÉCNICA. INABILITAÇÃO. ARGÜIÇÃO DE FALTA DE ASSINATURA NO LOCAL PREDETERMINADO. ATO ILEGAL. EXCESSO DE FORMALISMO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. 1. A interpretação dos termos do Edital não pode conduzir a atos que acabem por malferir a própria finalidade do procedimento licitatório, restringindo o número de concorrentes e **prejudicando a escolha da melhor proposta**. 2. O ato coator foi desproporcional e desarrazoado, mormente tendo em conta que não houve falta de assinatura, pura e simples, mas assinaturas e rubricas fora do local preestabelecido, o que não é suficiente para invalidar a proposta, evidenciando claro excesso de formalismo. Precedentes. 3. Segurança concedida. STJ – MS 5869/DF – PRIMEIRA SEÇÃO (BRASIL, 2002, grifo nosso)

15.2. Diante dessas ponderações, e considerando as alegações do Recorrente, o teor das contrarrazões e a manifestação da Área Técnica, registra-se que :

- a) Nenhum lance ofertado pelos licitantes na fase da disputa prejudicou o bom andamento do processo licitatório. O andamento do certame ocorreu dentro da normalidade esperada para um pregão dessa natureza;
- b) Os lances ofertados pelos licitantes só podem ser rejeitados pelo pregoeiro na fase da disputa aberta. Dessa forma, e considerando que os valores ofertados na fase da disputa aberta não eram inferiores a 50% do valor estimado para a contratação, não há que se falar em rejeição de lance da empresa Pensalab por indício de inexecuibilidade;
- c) Certamente o edital prevê algumas hipóteses de desclassificação das propostas, mas apenas para proposta com vícios insanáveis. Ou seja, se os vícios forem sanáveis é poder-dever do pregoeiro oportunizar a correção, conforme disposição contida subitem 6.15., 6.15.1., e 6.15.2., do Edital 90013/2024 - Retificado (38454645) e em várias decisões reiteradas pelo TCU .
- d) O uso de uma taxa de câmbio de R\$ 5,73, diferente da taxa indicada de R\$ 6,07, conforme cotação do Banco Central do Brasil (BCB), não é suficiente para que a administração pública classifique a proposta como inexecuível. Outros elementos comprobatórios para sustentar a tese de que a proposta da Pensalab é inexecuível deveriam ter sido apresentados pela empresa Sens. Isso ocorre porque o valor proposto pela empresa Pensalab, seja em reais ou dólares, está dentro do intervalo de exequibilidade do contrato, conforme previsão disposta no item 6.12, que afirma: "No caso de bens e serviços em geral, uma proposta é considerada inexecuível se os valores forem inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração".
- e) A aplicação da taxa de R\$ 5,73 não foi o fator determinante para a classificação da empresa em primeiro lugar. Mesmo se a empresa tivesse utilizado a taxa de R\$ 6,07, ainda assim teria alcançado a primeira posição no certame, com uma proposta de R\$ 7.366.384,40. Para fazer essa conversão esta signatária usou como base de cálculo o valor do equipamento ofertado de USD 1.213.572,39. Ademais, os riscos da variação cambial é da Contratada, conforme consta no item 7 e subitens do Termo de Referência.
- f) Não é razoável e nem proporcional desclassificar de plano o único licitante que ofertou lance dentro da faixa do valor estimado para a contratação, por excesso de formalismo. Tal ação se tornaria ainda mais desrazoável ao compararmos a diferença de valores entre a primeira e a segunda colocada e entre a primeira e a terceira classificada.

Valor Estimado da Contratação	1º Proposta Classificada Pensalab Equipamento Industrial	Valores de Diferença V.E p/ 1º proposta
R\$ 8.159.892,45	R\$ 6.953.768,80	R\$ 1.206.123,65

1º Proposta Classificada Pensalab Equipamento Industrial	2º Proposta Classificada RNL Trade And Facilites Ltda	Valores de Diferença da 1º e 2º propostas
R\$ 6.953.768,80	R\$ 8.309.218,48	R\$ 1.355.449,68

1º Proposta Classificada Pensalab Equipamento Industrial	3º Proposta Classificada Sens Representações Comerciais Ltda	Valor de Diferença da 1º e 3º Propostas
R\$ 6.953.768,80	R\$ 10.427.788,34	3.474.019,54

g) O valor do lance da empresa Pensalab de R\$ 6.953.768,80 foi submetido a ajustes após manifestação da Área Técnica. Sobre o valor da proposta final foram deduzidos os tributos federais (IPI, PIS, COFINS) e do ICMS, indicados no Item 8.1.2.2.4.5, do Termo de Referência. Esse procedimento foi realizado para viabilizar a adjudicação e homologação da proposta vencedora no compasnet, conforme dispõe a legislação tributária para operacionalizar as compras realizadas por meio de importação direta. Dessa forma, não há que se falar em valor incoerente referente ao lance e a proposta da empresa Pensalab, essa ilação não é verdadeira, pois a pregoeira e o licitante apenas formalizaram o que está previsto nos subitens 8.1.2.2.4.4. e 8.1.2.2.4.5., do Termo de Referência. Isto é, do valor final proposta de R\$ 6.953.768,80, foram deduzidos R\$ 112.334,96 referente ao PIS, R\$ 569.698,72 referente ao COFINS e R\$ 834.452,38 referente ao ICMS, que resultou em uma proposta a ser homologada de R\$ 5.437.283,74 (cinco milhões, quatrocentos e trinta e sete mil e duzentos e oitenta e três reais e setenta e quatro centavos). Contudo, registra-se que o único erro evidenciado na operação foi de digitação. Ou seja, a pregoeira ao registrar a informação no Chat digitou R\$ 6.53.769,80 e o correto seria R\$ 6.953.768,80. Contudo, esse erro não causou nenhum prejuízo para a condução do certame.

- [...]
- 8.1.2.2.4.4. O valor do lance deverá conter os tributos federais (IPI, PIS, COFINS) e ICMS, conforme detalhado nos itens 8.1.2.2., 8.1.2.2.1., 8.1.2.2.2. e 8.1.2.2.3.
 - 8.1.2.2.4.5. O valor da proposta, a ser homologado, deverá estar deduzido dos tributos federais (IPI, PIS, COFINS) e ICMS.

h) O recurso não conhecido não impede a administração de rever de ofício qualquer de seus atos, desde que não tenha ocorrido a preclusão administrativa. Registra-se que após diligência realizada pela equipe técnica junto à empresa Pensalab foi solicitada a emissão de Errata, no sentido de sanar erro formal na proposta já aceita, uma vez que a área técnica quando da análise do referido documento não se atentou a esse ponto específico.

[...]

ondê se lê: “4.18.2.2.1.2. “sistema de vácuo: 2 x bombas rotativas lubrificadas a óleo” e “bombeamento de interface aprimorado: região de expansão evacuada por meio de bomba rotativa de 80 m3/h lubrificada a óleo”

leia-se: “4.18.2.2.1.2. “Sistema de Vácuo: 2 x bombas de apoio seco” e “bombeamento de interface aprimorado: Região de expansão evacuada usando uma bomba seca nXRi120”.

16. Em relação as especificações técnica do equipamento e da qualificação-operacional da empresa alegadas nas razões e refutadas nas contrarrazões, acolho a manifestação da área técnica demandante, conforme descrito nos tems do SEI nº 38820673, haja vista que é dela a capacidade técnica para avaliar tais requisitos dos licitantes.

17. Nessa perspectiva, e reportando-me as decisões reiteradas do Tribunal de Contas da União -TCU, sobre o tema apresentado no recurso, bem como considerando que a atuação dessa pregoeira foi pautada com base na aplicação do princípio do formalismo moderado c/c os princípios da interpretação teleológica e objetiva dos termos do Edital, verifica-se após análise cuidadosa das razões do recurso, das contrarrazões e das manifestações da Área Técnica que o recurso não merece acolhimento, pois as alegações da empresa Sens Representações Comerciais Ltda não são materialmente capazes de modificar e afastar o entendimento desta signatária sobre aceitação e habilitação da proposta, da empresa PENSALAB EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS S.A.

CONCLUSÃO

18. Ante o exposto, s.m.j. entende-se, com alicerce nos princípios do formalismo moderado, consagrado pela jurisprudência, c/c a interpretação teleológica e objetiva dos termos do Edital, da legalidade, da isonomia, da vinculação ao instrumento convocatório, da competitividade e do julgamento objetivo, bem como tendo por base as considerações tecidas pela Área Técnica, por:

- a) conhecer e, no mérito, negar provimento ao recurso administrativo interposto por Sens Representações Comerciais Ltda
- b) manter a decisão recorrida de aceitar e de habilitar a empresa Pensalab Equipamentos Industriais S.A, CNPJ 01.382.559/0001-96, para fornecer o item 1, do Pregão Eletrônico nº 90013/2024(UG200406) - DITEC/PF

19. As razões recursais, juntamente com este Parecer e demais documentos comprobatórios, deverão ser submetidos à Autoridade Competente para decisão final.

Brasília/DF, data e assinatura digital

FERNANDA OLIVEIRA SANTOS

Pregoeira

CPL/DILOG/DITEC/PF

[1] <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/blog/os-objetivos-do-processo-licitatorio-e-o-formalismo-moderado-inclusao-de-novo-documento-na-nova-lei-de-licitacoes-230#:~:text=Desta%20forma%2C%20a%20Lei%2014.133,omiss%C3%B5es%20ou%20diminutas%20irregularidades%20formais.> acessado em 16/12/2024



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA OLIVEIRA SANTOS, Agente Administrativo(a)**, em 18/12/2024, às 12:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=38905435&crc=E168C2EC.

Código verificador: **38905435** e Código CRC: **E168C2EC**.